

Docência e justiça ambiental na Baixada Fluminense: o que dizem os professores?

Ana Cláudia Gomes¹, Ellen Midiã L. da S. Gomes², Cleonice Puggian³

1. Graduanda em Pedagogia, Bolsista de IC da Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”

2. Graduanda em Pedagogia, Bolsista de IC da Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy” *ellenmidia@gmail.com

3. Professora Adjunta UERJ/UNIGRANRIO, Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa UNIGRANRIO/FUNADESP

Palavras Chave: *Justiça ambiental, Docência, Baixada Fluminense.*

Introdução

Este projeto de iniciação científica dedicou-se à investigação do conceito de justiça ambiental na perspectiva de professores que atuavam em três escolas da Baixada Fluminense. A primeira escola localizava-se no entorno do Aterro Sanitário de Jardim Gramacho; a segunda na Reserva Biológica do Tinguá; e a terceira na Praia de Mauá. O objetivo da pesquisa foi explorar o conhecimento que os docentes possuíam sobre as injustiças ambientais, questionando como estas eram abordadas nas aulas e atividades promovidas em suas escolas. Este projeto de iniciação científica fez parte da pesquisa “(In)justiças ambientais, tecnologias e culturas juvenis”. Adotou uma metodologia qualitativa, com viés participativo e visual. Dados foram coletados através de observação participante e entrevistas semiestruturadas durante os anos de 2014 e 2015. Os participantes do estudo foram quinze docentes do nono ano, cinco de cada escola. As análises basearam-se no processo de tematização. O referencial teórico do estudo foi interdisciplinar e partiu do princípio de que a prática docente é um ato político que busca no diálogo caminhos para pensar criticamente e transformar a realidade. Segundo Freire (2005, p. 91) “[...] o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes.”

Resultados e Discussão

O estudo revelou que as injustiças ambientais raramente são abordadas de forma transversal no currículo, como preveem os Parâmetros Curriculares Nacionais. Nas escolas investigadas prevaleceram os projetos empreendidos por iniciativa pessoal dos docentes, que frequentemente lecionavam as disciplinas de geografia e ciências (biologia). Foram raros os casos de professores que moravam e atuavam nos bairros das escolas pesquisadas. Também foram raros os casos em que os docentes entrevistados se envolveram pessoalmente com as questões comunitárias, fazendo trabalho de campo e visita a áreas atingidas. Professores que participaram de cursos de formação sobre as desigualdades socioambientais mostraram-se sensibilizados e com maior inclinação para abordar tais questões com alunos do ensino fundamental. Relataram que o material didático não contempla este tipo de discussão e que os recursos audiovisuais, assim como o acesso à internet, são precários. Os projetos já realizados nas escolas pesquisadas são executados com recursos escassos, utilizando materiais reutilizados, reciclados e, em muitos casos, recursos financeiros do próprio professor. Dentre as atividades realizadas, destacaram-se as palestras com

convidados, as hortas, coleta de dados com moradores e coleções fotográficas. Muitos professores associaram o conceito de justiça ambiental a aspectos da legislação e do direito ambiental; professores da área de história, geografia e sociologia falaram com mais frequência sobre a exposição desigual da população aos danos ambientais. Resultados sugerem que os professores, quando informados pelos debates já estabelecidos pelos movimentos de educação ambiental crítica, justiça ambiental e ecologia política, tem mais chance de engajarem-se em um “processo argumentativo contínuo de ressignificação ideológica da questão ambiental, agindo como contraponto das interpretações hegemônicas do senso comum acerca do fenômeno socioambiental” (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013, p. 68). Assim, professores e membros de diversos movimentos sociais poderiam compartilhar “elementos em comum que conformam o amálgama mediante o qual se pode efetuar a crítica e operar politicamente a favor da transformação social” (LOUREIRO, 2007, p. 70).

Conclusões

Concluiu-se que a formação de professores (inicial e continuada) precisa de iniciativas e subsídios que fomentem o diálogo sobre as injustiças ambientais. Atualmente, o estudo sobre as desigualdades socioambientais em comunidades impactadas depende mais da iniciativa individual dos docentes, do que de políticas públicas e propostas pedagógicas para o enfrentamento da exclusão e promoção da cidadania. Existe uma demanda por materiais didáticos específicos sobre os conflitos ambientais próprios de cada região (Rio Doce, por exemplo) e a promoção de cursos de formação docente gratuitos, nas próprias escolas, abordando as temáticas comunitárias. Tendo em vista que muitos professores vivem em outras cidades, sugere-se ainda a realização de visitas guiadas para que os docentes conheçam *in loco* as injustiças ambientais que atingem seus alunos.

Agradecimentos

Agradecemos ao CNPq e ao Banco Santander pelas bolsas de iniciação científica. Agradecemos também à FAPERJ e à FUNADESP/UNIGRANRIO pelo financiamento da pesquisa.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: MELLO, Soraia Silva; TRAJBER, Rachel. *Vamos cuidar do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. p. 65-71.

LOUREIRO, Carlos Frederico; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 11, n. 1, p. 53-71, jan/abr 2013.